



SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Página: 1/3

PROCESSO Nº: **76/2021-ADIT.CONTRATUAL-SEDETEC**
FORMA DE CONTRATAÇÃO: **Aditivo Contratual**
BASE LEGAL: no art. 55 da Lei nº 9.784, de 1999 (Lei do Processo Administrativo e LPA)

RATIFICO EM 11 de novembro de 2021

MAURICIO NASCIMENTO FILHO
Chefe de Setor

JUSTIFICATIVA

A Assessoria de Planejamento (Asplan) da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia - SEDETEC, em atenção às determinações e orientações legais da PGE/SE, vêm, apresentar justificativa para convalidação. Desta feita, temos a expor o que segue:

Inicialmente destacamos que a atuação da SEDETEC na condução do assunto em tela foi diligente no que tange às recomendações emitidas pelo parceiro do Convênio – MCTIC - justificando e inserindo, no portal e-doc, todo o material exigido, conforme documentação em anexo aos autos.

CONSIDERANDO o poder-dever da Administração de convalidar os atos que não possuam vícios insanáveis, como os de objeto, motivo e finalidade, nem mesmo prejuízo a direito de terceiros;

CONSIDERANDO que além de necessário é conveniente para Administração pública Estadual manter o presente Contrato, com o mesmo o valor outrora acordado e sem alterações;

CONSIDERANDO o exíguo tempo de (i) remessa e manifestação da PGE/SE, e, posterior retorno para (ii) assinatura do Aditivo; sem alcançar o termo final do contrato;

CONSIDERANDO o que foi decidido na 124ª Reunião Extraordinária do Conselho Superior da Advocacia-Geral do Estado, que por maioria fixou o entendimento pela possibilidade de convalidação dos aditivos de contratos e convênios celebrados pela Administração quando verificada a inexistência de vícios insanáveis, lesão ao interesse



SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Página: 2/3

público ou prejuízos a terceiros, devendo a Administração justificar a ausência de manifestação prévia da assessoria jurídica nos autos do respectivo processo (citado nos Pareceres n.º 352,/2019, 1816/2019 e **632/2020**, todos, da PGE/SE);

CONSIDERANDO que não se constata qualquer lesão ao interesse público o defeito insanável quanto à manifestação prévia da PGE/SE, uma vez que os respectivos procedimentos transcorreram na forma da lei e que todo procedimento foi previamente examinado e aprovado pela Assessoria Técnica da SEDETEC;

CONSIDERANDO a viabilidade de convalidação e orientação contida nos Pareceres supracitados, em especial ao **632/2020** – Contrato Original, e ainda, que foram atendidos os pressupostos da legalidade; e,

CONSIDERANDO ainda, o disposto no art. 55 da Lei nº 9.784, de 1999 (Lei do [Processo](#) Administrativo – LPA).

Vislumbramos que as razões expostas são justificativas plausíveis que fundamentam a convalidação do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Repasse n.º 1062097-521879935/2018, envolvendo o MCTIC, a CEF e Governo de Sergipe através da SEDETEC, (origem: Processo n.º 019.000.0002012019-2); a qual está respaldada nos princípios da Administração Pública e na legislação vigente. Ademais, não se verifica lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, sendo a não apreciação prévia da PGE/SE sanável, conforme exposto nas considerações supracitadas, e, em especial, na r. decisão do Conselho Superior da Advocacia Geral do Estado, apontada no Parecer n.º 632/2020-PGE/SE.

E. Entendimento, S.M.J.!

Aracaju, 9 de novembro de 2021

CARLOS HENRIQUE XAVIER DE SANTANA



SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO

**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Página: 3/3

Assessor(a) Técnico